

Projeto PNUMA nº 615.3 (Brazil Project): Produção e Consumo Sustentáveis

Consultoria técnica para elaboração de planejamento estratégico para o Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis – Consultor: João de Jesus da Costa

PRODUTO 4 – Planejamento estratégico do CGNPCS.

Item 2 – Subsídios utilizados para a discussão na segunda oficina de planejamento do CGNPCS

SUBSÍDIO 4 – Sugestão de priorização das propostas de ação para os Eixos Temáticos do PPCS.

SUGESTÕES PARA PRIORIZAÇÃO NOS EIXOS TEMÁTICOS DO PPCS 2º CICLO

EIXO TEMÁTICO: COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

OBJETIVO: Aumentar a proporção (valor) das compras públicas sustentáveis em relação às compras públicas totais da Administração Pública.

AÇÕES	Medidas de Curto Prazo (até março de 2019)	Medidas de Médio Prazo (até dezembro de 2019)	Medidas de Longo Prazo (até dezembro de 2020)
1) Fortalecimento da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP	Criar fórum permanente de diálogo entre os setores público e privado para promover o debate sobre o tema de produção e consumo sustentáveis.	Realizar a 1ª edição do fórum permanente de diálogo entre os setores público e privado sobre produção e consumo sustentáveis.	Propor melhorias do arcabouço jurídico sobre Compras Públicas Sustentáveis (acompanhar tramitação do PL 6.814/2017 na Câmara dos Deputados e sugerir alterações, se for o caso).
2) Definição e utilização de metodologias de mensuração e verificação dos critérios de sustentabilidade para produtos e serviços, em parceria com o setor privado e academia.	Articular parceria com o setor privado e academia sobre critérios de sustentabilidade para produtos e serviços.	Elaborar Termo de Referência para definição de metodologias de mensuração e verificação dos critérios de sustentabilidade para produtos e serviços.	Definir e disseminar metodologias de mensuração e verificação dos critérios de sustentabilidade para produtos e serviços.
3) Alinhamento das ações realizadas pelos governos federal, estaduais e municipais sobre compras públicas sustentáveis.	Mapear procedimentos utilizados pelos governos federal, estaduais e municipais sobre compras públicas sustentáveis.	Realizar encontro entre Comissões nacionais, estaduais e municipais que tratam de compras públicas sustentáveis.	Produzir documento com alinhamento sobre os procedimentos governamentais sobre compras públicas sustentáveis.
4) Construção, de forma colaborativa, de rótulos, selos e normas com critérios ambientais, sociais e econômicos.	Identificar os critérios de sustentabilidade que estão sendo aplicados pelos setores público e privado (Projeto SPELL- Compras Públicas e Rotulagem Ambiental - Inglês; documento do INMETRO sobre Requisitos Gerais de Sustentabilidade).	Elaborar novos critérios de sustentabilidade para suprir lacunas identificadas / Cruzar os critérios com planos que já existem.	Propor à CISAP a incorporação dos novos critérios de sustentabilidade / Quantificar resultado das compras públicas.

<p>5) Estímulo à adoção de critérios de sustentabilidade em sua cadeia produtiva pelas empresas de grande porte.</p>	<p>Produzir documento com orientações sobre os critérios de sustentabilidade / Articular Grupo de Trabalho na CNI / Inserir esta linha (5) no ACT MDIC.</p>	<p>Disseminar o documento com orientações sobre os critérios de sustentabilidade junto às principais organizações representativas do setor privado / Propor parceria com SEBRAE para fomentar uso dos critérios na cadeia produtiva empresa de micro, pequena e médio porte.</p>	<p>Monitorar a adoção de critérios de sustentabilidade pelas 50 maiores empresas do país, em pelo menos 10 cadeias produtivas / Criar, com o SEBRAE, um Guia de implementação da norma 20.400.</p>
<p>6) Sensibilização e capacitação contínua de todos os envolvidos nas contratações públicas sustentáveis sobre a importância de incorporar a perspectiva socioambiental nas contratações públicas.</p>	<p>Propor parceria com a ENAP para desenvolver capacitação dirigida aos envolvidos nas contratações públicas sustentáveis; Consultar curso da Câmara dos Deputados.</p>	<p>Realizar capacitação para os envolvidos nas contratações públicas sustentáveis em âmbito federal (formato EaD).</p>	<p>Realizar capacitação para os envolvidos nas contratações públicas sustentáveis em âmbito estadual (formato EaD).</p>
<p>7) Apoio à implementação de um sistema de informação para compras públicas sustentáveis.</p>	<p>Monitorar iniciativa do Ministério do Planejamento, com apoio da CISAP e MMA.</p>	<p>Identificar os mecanismos atuais para gestão do conhecimento em compras públicas sustentáveis.</p>	<p>Elaborar proposta com a configuração de um sistema de informação para compras públicas sustentáveis.</p>

SUGESTÕES PARA PRIORIZAÇÃO NOS EIXOS TEMÁTICOS DO PPCS 2º CICLO

EIXO TEMÁTICO: FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

OBJETIVO: Sensibilizar e mobilizar o setor financeiro para que considerem a sustentabilidade ambiental nos projetos por eles financiados.

AÇÕES	Medidas de Curto Prazo (até março de 2019)	Medidas de Médio Prazo (até dezembro de 2019)	Medidas de Longo Prazo (até dezembro de 2020)
1) Implementação e melhoria contínua de sistemas de responsabilidade e gestão socioambiental nas instituições financeiras.	Mapear os mecanismos de responsabilidade socioambiental das instituições financeiras federais (políticas, protocolos, linhas de créditos, critério socioambientais etc.).	Avaliar o status da implementação os mecanismos de responsabilidade socioambiental das instituições financeiras federais e seus impactos.	Monitorar a implementação os mecanismos de responsabilidade socioambiental das instituições financeiras federais.
2) Aprimoramento e disseminação das melhores práticas de avaliação e mensuração de impactos sociais e ambientais.	Pesquisar requisitos gerais de sustentabilidade INMETRO.	Buscar benchmarking e indicadores que estão em uso para mensuração de impactos sociais e ambientais.	Disseminar melhores práticas de avaliação e mensuração de impactos sociais e ambientais.
3) Realização de programas de treinamento e assistência técnica para formação de equipes qualificadas no sistema financeiro para avaliar e monitorar os riscos sociais e ambientais dos negócios.		Buscar parcerias com academias e escolas da administração pública (ENAP, ESAF, FGV, UnB, Interlegis etc.).	Realizar capacitação para equipes do sistema financeiro sobre avaliação e monitoramento de riscos sociais e ambientais dos negócios.
4) Desenvolvimento de iniciativas em políticas de estado e fiscais que estabelecessem os preços de atividades, produtos e serviços, segundo seu impacto socioambiental, com tributação diferenciada, incentivos e regulação específica.	Identificar estudos relacionados a políticas de estado e fiscais que prevejam incentivos e regulação com base em critérios socioambientais.	Mapear iniciativas em políticas de estado e fiscais que prevejam incentivos e regulação com base em critérios socioambientais.	Elaborar documento com recomendações sobre a adoção de incentivos e regulação preços de atividades, produtos e serviços, com base em critérios socioambientais.
5) Criação, em parcerias bancos/setor público, de novos instrumentos econômicos (benefícios financeiros, creditícios etc.) que viabilizem projetos socioambientais de longo prazo.	Propor grupo de trabalho com Bacen, BNDES, BB e Caixa para estudo sobre instrumentos econômicos com foco em sustentabilidade.	Analisar oportunidades de novos instrumentos econômicos de longo prazo para projetos socioambientais.	Disseminar junto às instituições financeiras propostas de instrumentos econômicos de longo prazo para projetos socioambientais.

6) Desenvolvimento dos mercados de carbono e energia, buscando a regulação desses mercados.		Fazer um levantamento em cima da plataforma - programa ABC.	Pesquisar critérios e procedimentos para acreditação de reconhecer a competência legal de um organismo.
7) Estimulo à criação, fortalecimento e ampliação de fundos socialmente responsáveis.	Mapear fundos socialmente responsáveis e as linhas de financiamento existentes.	Divulgar os critérios e as linhas de financiamento dos fundos socialmente responsáveis.	Acompanhar a regulamentação de novos fundos (conversão de multas etc)
8) Estimulo à criação, fortalecimento e ampliação de programas de microcrédito.	Mapear programas de microcrédito existentes, em parceria com Sebrae.	Divulgar os critérios e as linhas de financiamento de programas de microcrédito.	Acompanhar a regulamentação de novos programas e critérios para microcrédito (Ex.: 2% do crédito deveria ser usado para microcrédito).
9) Estímulo à criação de linhas de crédito, benefícios e incentivos fiscais para o desenvolvimento de tecnologias mais limpas.		Mapear linhas de crédito, benefícios e incentivos fiscais para o desenvolvimento de tecnologias mais limpas.	Divulgar linhas de crédito, benefícios e incentivos fiscais para o desenvolvimento de tecnologias mais limpas.
10) Estímulo ao desenvolvimento e oferta de seguros ambientais.	Consultar GT sobre mitigação de riscos para agricultura (agricultura, Banco Central).	Mapear oferta de seguros ambientais / Consultar a Febraban.	Divulgar oferta de seguros ambientais.
11) Definição de critérios socioambientais para financiamentos e repasses de recursos públicos para projetos e obras.	Identificar a utilização de critérios socioambientais para financiamentos e repasses de recursos públicos para projetos e obras.	Analisar oportunidades de adoção de novos critérios socioambientais para financiamentos e repasses de recursos públicos para projetos e obras.	Acompanhar a adoção e/ou regulamentação de novos critérios socioambientais para financiamentos e repasses de recursos públicos para projetos e obras.
12) Estímulo à adoção de normas da ABNT.	Mapear as normas da ABNT que têm foco em sustentabilidade (NBR 16001- Responsabilidade Social - Sistema de Gestão; 14000; 20400; 26000 etc.).	Divulgar as normas da ABNT que têm foco em sustentabilidade.	Acompanhar a adoção das normas da ABNT que têm foco em sustentabilidade.

SUGESTÕES PARA PRIORIZAÇÃO NOS EIXOS TEMÁTICOS DO PPCS 2º CICLO

EIXO TEMÁTICO: INDÚSTRIA SUSTENTÁVEL

OBJETIVO: Aprimorar os processo de produção por meio de boas práticas que reduzam o consumo de insumos.

AÇÕES	Medidas de Curto Prazo (até março de 2019)	Medidas de Médio Prazo (até dezembro de 2019)	Medidas de Longo Prazo (até dezembro de 2020)
1) Otimização do consumo de matérias-primas.	Internalizar entre as associações uma tabela para que apresentem sugestões sobre otimização do consumo de matérias-primas.		
2) Otimização do consumo de energia.			
3) Redução da emissão de gases de efeito estufa, seguindo as diretrizes do Plano Indústria.			
4) Intensificação da reutilização e da reciclagem de materiais.			
5) Maximização do uso sustentável de recursos renováveis.			
6) Melhoria dos atributos ambientais dos produtos.		Aumentar a participação da indústria em compras com critérios de sustentabilidade.	
7) Fomento a uma transição gradual para o modelo de economia circular.	Disseminar os estudos feitos pela CNI sobre economia circular.	Realizar diálogo com a Secretaria de Mudança do Clima e Secretaria Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental (resíduos sólidos).	Propor estratégias de educação e comunicação para disseminação da economia circular / Propor legislação que estimule a economia circular.
8) Potencialização dos canais de comunicação com as partes interessadas e disseminação de boas práticas socioambientais.	Propor a criação de um prêmio de boas práticas sustentáveis na indústria.	Traduzir o Guia do Consumer information.	

SUGESTÕES PARA PRIORIZAÇÃO NOS EIXOS TEMÁTICOS DO PPCS 2º CICLO

EIXO TEMÁTICO: CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS

OBJETIVO: Aumentar o desempenho ambiental das obras a partir de Índice de Sustentabilidade da Construção (ISC) definido por indicadores de consumo de água, energia, gestão

AÇÕES	Medidas de Curto Prazo (até março de 2019)	Medidas de Médio Prazo (até dezembro de 2019)	Medidas de Longo Prazo (até dezembro de 2020)
1) Apoiar o desenvolvimento do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) para garantia da qualidade dos produtos e serviços da construção civil.	Acompanhar a implementação do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) / Apoiar a disseminação de ações e resultados do PBQP-H.	Acompanhar a implementação do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) / Apoiar a disseminação de ações e resultados do PBQP-H.	Acompanhar a implementação do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) / Apoiar a disseminação de ações e resultados do PBQP-H.
2) Contribuir ao desenvolvimento do PBE Edifica, no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE e do Procel Edifica, para a etiquetagem voluntária do nível de eficiência energética de edifícios comerciais, de serviços e públicos.	Apoiar as iniciativas do GT Edificações MME para disseminar as diretrizes do Procel Edifica.	Apoiar a CBIC na divulgação das ações do PBE Edifica e do do Procel Edifica.	Apoiar a CBIC na divulgação das ações do PBE Edifica e do do Procel Edifica.
3) Apoiar a parceria com Ministério das Cidades, Caixa, municípios e estados para a ampliação dos critérios de sustentabilidade nas habitações de interesse social.	Disseminar os critérios de sustentabilidade relacionados a habitações de interesse social (Ação CBIC, MCidades e Caixa).	Compartilhar as ações realizadas pela Ação CBIC, MCidades e Caixa.	Compartilhar as ações realizadas pela Ação CBIC, MCidades e Caixa.
4) Apoiar, no âmbito do governo federal, em parceria com o setor público, setor privado, academia etc., a proposição de estratégia nacional de disseminação da tecnologia BIM (Building Information Modelagem - Modelagem de Informações da Construção) para a cadeia da construção.	Acompanhar a formulação e implementação da estratégia nacional de disseminação da tecnologia BIM.	Monitorar e compartilhar as ações realizadas para disseminação da tecnologia BIM (CBIC, parceria com MCTI, Grupo Intersetorial e Sebrae).	Monitorar e compartilhar as ações realizadas para disseminação da tecnologia BIM (CBIC, parceria com MCTI, Grupo Intersetorial e Sebrae).
5) Elaborar estudos, manuais e publicações que promovam a adoção de práticas sustentáveis no setor da construção e nas edificações.	Mapear estudos, manuais e publicações sobre práticas sustentáveis no setor da construção e nas edificações.	Divulgar os estudos, manuais e publicações sobre práticas sustentáveis no setor da construção e nas edificações.	Divulgar os estudos, manuais e publicações sobre práticas sustentáveis no setor da construção e nas edificações.

6) Acompanhar o desenvolvimento da indústria de reciclagem de resíduos da construção civil e a normatização dos produtos reciclados.	Mapear as iniciativas em curso (ABRECON, CBIC etc.).	Acompanhar o desenvolvimento da indústria de reciclagem de resíduos da construção civil e a normatização dos produtos reciclados.	Acompanhar o desenvolvimento da indústria de reciclagem de resíduos da construção civil e a normatização dos produtos reciclados.
7) Incentivar o uso, por meio de linhas de crédito, financiamentos e subsídios, em edifícios e residências – prioritariamente em habitações de interesse social e obras públicas –, de sistemas de aproveitamento de energia solar, fotovoltaica e energia solar fototérmica, e energia eólica e outras formas de energias renováveis.	Acompanhar o diálogo entre CBIC e os bancos com foco em linhas de crédito voltadas para incentivo à construção sustentável / Realizar contato com Febraban.	Dar continuidade à ação CBIC de aproximação com os bancos a respeito de linhas de crédito voltadas para incentivo à construção sustentável.	Dar continuidade à ação CBIC de aproximação com os bancos a respeito de linhas de crédito voltadas para incentivo à construção sustentável.
8) Incentivar o desenvolvimento de método de avaliação da acessibilidade aos sistemas de transportes em futuros empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida como recomendação ou normativa e contribuindo para a construção de cidades melhor adaptadas à sustentabilidade.	Acompanhar a elaboração de minuta de norma de acessibilidade pelo Grupo Materiais e Tecnologias da CBIC.	Acompanhar a adoção de método de avaliação da acessibilidade aos sistemas de transportes em futuros empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida.	Acompanhar a adoção de método de avaliação da acessibilidade aos sistemas de transportes em futuros empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida.
9) Promover iniciativas de capacitação nos municípios com vistas a fomentar novos padrões de estruturação urbana, por meio do Plano Diretor de Mobilidade Urbana, e tendo em vista a implementação de Lei nº 12.587/2012, que institui as diretrizes da política nacional de mobilidade urbana.	Monitorar a iniciativa do Midades para capacitação nos municípios com vistas a fomentar novos padrões de estruturação urbana.	Monitorar a iniciativa do Midades para capacitação nos municípios com vistas a fomentar novos padrões de estruturação urbana.	Monitorar a iniciativa do Midades para capacitação nos municípios com vistas a fomentar novos padrões de estruturação urbana.
10) Apoio ao aperfeiçoamento do modelo de gestão do Fundo Socioambiental - FSA CAIXA de modo a fortalecer as políticas e programas de sustentabilidade para construções.	Realizar diálogo com a Caixa sobre o aperfeiçoamento do modelo de gestão do Fundo Socioambiental - FSA CAIXA / Realizar articulação com CBIC para apoiar esta ação.	Acompanhar a adoção de políticas e programas de sustentabilidade para construções.	Acompanhar a adoção de políticas e programas de sustentabilidade para construções.

11) Apoio ao desenvolvimento de especificações de desempenho dos empreendimentos de Habitação de Interesse Social – HIS baseado na NBR 15575.	Mapear iniciativas e estudos relacionados ao desenvolvimento de especificações de desempenho dos empreendimentos de Habitação de Interesse Social.	Acompanhar a adoção de de especificações de desempenho dos empreendimentos de Habitação de Interesse Social.	Acompanhar a adoção de de especificações de desempenho dos empreendimentos de Habitação de Interesse Social.
12) Promoção de iniciativas visando ampliar as fontes de energia participantes do sistema de compensação: fontes renováveis e cogeração qualificada.	Mapear iniciativas da Comissão de Meio Ambiente da CBIC sobre fontes renováveis e cogeração qualificada.	Divulgar ações e resultados relacionados à ampliação das fontes de energia participantes do sistema de compensação.	Divulgar ações e resultados relacionados à ampliação das fontes de energia participantes do sistema de compensação.
13) Fomento à criação de linhas de recursos não reembolsáveis específicas para projetos de pesquisa e inovação tecnológica focados em sistemas de aproveitamento da energia solar, biogás e eólica.		Mapear linhas de financiamento não reembolsáveis para projetos de pesquisa e inovação tecnológica em energias renováveis.	Divulgar linhas de financiamento não reembolsáveis para projetos de pesquisa e inovação tecnológica em energias renováveis.
14) Disseminar as diretrizes de certificação para construções.		Divulgar as diretrizes das certificações para diversos públicos, com vistas a conscientizar o consumidor.	
15) Fortalecimento do Projeto Esplanada Sustentável.	Levantar o status do Projeto Esplanada Sustentável.	Apoiar as iniciativas do Projeto Esplanada Sustentável.	Apoiar as iniciativas do Projeto Esplanada Sustentável.

SUGESTÕES PARA PRIORIZAÇÃO NOS EIXOS TEMÁTICOS DO PPCS 2º CICLO

EIXO TEMÁTICO: VAREJO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO: Promover a adoção de critérios socioambientais no desenvolvimento de produtos e nas decisões de compra dos consumidores.

AÇÕES	Medidas de Curto Prazo (até março de 2019)	Medidas de Médio Prazo (até dezembro de 2019)	Medidas de Longo Prazo (até dezembro de 2020)
1) Combate às perdas e ao desperdício de alimentos.	Acompanhar as iniciativas da Caisan e divulgar o material sobre a estratégia para combater desperdícios de alimentos / Acompanhar a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos / Apoiar a Semana do Combate a Perdas e Desperdícios (iniciativa Abras) / Apoiar a Semana do Combate ao Desperdício de Alimentos (Iniciativa MMA) / Levantar dados atuais sobre os desperdícios de alimentos (Pegar histórico com MDS).	Realizar estudo sobre as principais causas das perdas e dos desperdícios de alimentos / Mapear os novos canais de distribuição de alimentos (mini mercados, atacarejo) / Acompanhar as iniciativas da Caisan / Acompanhar a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos / Apoiar a Semana do Combate a Perdas e Desperdícios (iniciativa Abras) / Apoiar a Semana do Combate ao Desperdício de Alimentos (Iniciativa MMA).	Acompanhar as iniciativas da Caisan / Acompanhar a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos / Apoiar a Semana do Combate a Perdas e Desperdícios (iniciativa Abras) / Apoiar a Semana do Combate ao Desperdício de Alimentos (Iniciativa MMA).
2) Incentivo a novos tipos de produtos para embalagens. com materiais recicláveis, por exemplo.	Mapear tecnologias mais sustentáveis para produção de embalagens.	Disseminar tecnologias mais sustentáveis para produção de embalagens.	Acompanhar a adoção de tecnologias mais sustentáveis para produção de embalagens.
3) Estímulo à oferta de produtos certificados e com selos com critérios de sustentabilidade e de origem dos produtos.		Acompanhar iniciativas, tais como: Grupo de Trabalho da cadeia das carnes, Programa Rama (Parceria com MAPA), Programa Produção Integrada (MAPA e INMETRO) e Programas PI Brasil e Pró Orgânico (MAPA e INMETRO).	Divulgar resultados de iniciativas de oferta de produtos certificados e com selos com critérios de sustentabilidade e de origem dos produtos.
4) Apoio a produtores e fornecedores locais.	Fortalecer programas em andamento (Abras, ESPM, SEAD, ONU Meio Ambiente etc.) /	Acompanhar o funcionamento do Grupo Agricultura Familiar criado pelo governo federal - coordenado pela SEAD.	Monitorar a legislação relacionada ao fortalecimento da agricultura familiar.

6) Investimento em comunicação, mobilização e envolvimento dos consumidores com a sustentabilidade.	Desenvolver ferramentas de comunicação com os consumidores acerca da sustentabilidade.	Produzir materiais de comunicação com os consumidores a partir de informações dos institutos de pesquisa Nielsen, GFK, Kantar, entre outros.	Realizar campanhas de conscientização sobre consumo sustentável.
7) Implementação de programas de gestão dos resíduos.		Estimular a participação/adesão ao acordo setorial de embalagens.	
8) Ampliação do número de lojas ecoeficientes.	Propor parceria ao Sebrae em torno do incentivo à adoção de medidas ecoeficientes pelas pequenas e microempresas.	Disseminar medidas ecoeficientes junto a pequenas e microempresas.	Monitorar a adoção de medidas ecoeficientes por pequenas e microempresas.

SUGESTÕES PARA PRIORIZAÇÃO NOS EIXOS TEMÁTICOS DO PPCS 2º CICLO

EIXO TEMÁTICO: AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

OBJETIVO: Fomentar a sustentabilidade das cadeias de produção, produzir alimentos mais saudáveis e diminuir a distância entre produtores e consumidores.

AÇÕES	Medidas de Curto Prazo (até março de 2019)	Medidas de Médio Prazo (até dezembro de 2019)	Medidas de Longo Prazo (até dezembro de 2020)
1) Combate ao desperdício e às perdas de alimentos.	Buscar parcerias com as centrais de abastecimento.	Realizar levantamento da rede de armazenagem.	
2) Aumento da oferta de produtos mais sustentáveis.	Realizar articulação MDS e MAPA.		
3) Estímulo à certificação e a selos que garantam a qualidade e origem dos produtos.			
4) Apoio a produtores e fornecedores locais, especialmente aqueles em transição agroecológica ou produção orgânica.		Realizar cadastro de rede de supermercados, feiras orgânicas e produtores orgânicos.	
5) Fortalecimento da comunicação e sensibilização.			
6) Crédito e financiamento especialmente aqueles específicos e apropriados para a produção agroecológica.	Mapear os créditos específicos para a produção agroecológica / Analisar os conflitos quanto à definição de agroecologia e orgânicos para a concessão do crédito.	Divulgar os créditos específicos para a produção agroecológica.	Articular a ampliação das linhas de crédito específicas para a produção agroecológica.
7) Fortalecimento e ampliação da Assistência Técnica e Extensão Rural para uma agricultura sustentável.	Acompanhar as iniciativas existentes (Agência de Assistência Técnica - ANATER e convênios do MAPA e da SEAD com governos estaduais).	Verificar banco de dados sobre Informação das empresas credenciadas das instituições financeiras.	Pensar em estratégia de ampliação da capacitação dos técnicos que trabalham em ATER e demais setores.
8) Programas de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) para o desenvolvimento de tecnologias para transição para agroecologia.	Mapear programas e estudos em P&D para desenvolvimento de tecnologias para transição para agroecologia.	Disseminar informações sobre tecnologias para transição para agroecologia.	

9) Outras ações: controle e gerenciamento dos impactos socioambientais na produção agrícola; incentivo ao desenvolvimento de produtos com diferenciais ambientais e/ou sociais; e a racionalização da oferta de produtos, fazendo uso de entregas a granel com a redução do uso de embalagens.		Desenvolver ações relacionadas à Agricultura Urbana, no âmbito do projeto PNUMA.	
--	--	--	--

SUGESTÕES PARA PRIORIZAÇÃO NOS EIXOS TEMÁTICOS DO PPCS 2º CICLO

EIXO TEMÁTICO: CONSUMO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO: Sensibilizar os consumidores sobre sua responsabilidade no consumo e a importância de considerarem o aspecto da sustentabilidade nesse seguimento.

AÇÕES	Medidas de Curto Prazo (até março de 2019)	Medidas de Médio Prazo (até dezembro de 2019)	Medidas de Longo Prazo (até dezembro de 2020)
1) Ampliação do debate para estimular padrões mais sustentáveis de consumo e sobre a (in)sustentabilidade dos atuais padrões em todos os setores da sociedade.			
2) Qualificação e divulgação de informação para subsidiar o debate sobre consumo.	Acompanhar o Curso EAD "Consumo e criança".		
3) Ampliação do acesso aos bens, serviços e práticas sustentáveis para, além de priorizar o encorajamento para a escolha de bens e serviços mais sustentáveis, derrubar as barreiras para o acesso aos meios que possibilitem a mudança de comportamento.			
4) Identificação e incentivo a iniciativas sustentáveis inovadoras, além das práticas sustentáveis clássicas, em diversos setores da sociedade, desde iniciativas individuais ou de pequenos grupos coletivos de bairro até de pequenas, micro e grandes empresas.	Levantar <i>cases</i> de todos os setores da sociedade sobre consumo sustentável / Buscar informações - Cooperação Sul-Sul.	Analisar casos de sucesso / Realizar aproximação com startups (Sebrae) / Analisar oportunidades de Cooperação Sul-Sul.	Divulgar casos de sucesso em consumo sustentável / Negociar acordos de Cooperação Sul-Sul.
5) Regulação da publicidade e da comunicação mercadológica, e combate ao consumismo infantil para encorajar a adoção de padrões de consumo para o Desenvolvimento Sustentável.	Entrar em contato com Conar e Instituto Alana.		

SUGESTÕES PARA PRIORIZAÇÃO NOS EIXOS TEMÁTICOS DO PPCS 2º CICLO

EIXO TEMÁTICO: AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P

OBJETIVO: Instituir nos órgãos da Administração Pública a responsabilidade socioambiental como estratégia permanente.

AÇÕES	Medidas de Curto Prazo (até março de 2019)	Medidas de Médio Prazo (até dezembro de 2019)	Medidas de Longo Prazo (até dezembro de 2020)
1) Continuidade no crescimento de números de parceiros da A3P, com novos arranjos de governança e estratégias de municipalização diferenciadas, que sejam eficientes e adequadas para as distintas realidades do País.	Articular parcerias com instituições públicas federais, estaduais e municipais em torno da A3P.	Articular parcerias com instituições públicas federais, estaduais e municipais em torno da A3P.	Articular parcerias com instituições públicas federais, estaduais e municipais em torno da A3P.
2) Articulação do Programa da A3P com o MP.	Realizar diálogo com o MP sobre a criação, em caráter obrigatório, de unidades específicas para tratar do tema da sustentabilidade nas instituições públicas.	Acompanhar a criação de unidades específicas para tratar do tema da sustentabilidade nas instituições públicas / Articular a criação de um Comitê Setorial para tratar da implementação da Agenda nos órgãos militares e de segurança.	Acompanhar a criação de unidades específicas para tratar do tema da sustentabilidade nas instituições públicas.
3) Fortalecimento das ações relacionadas aos eixos temáticos da A3P.	Firmar parcerias com instituições com expertise nos eixos temáticos da A3P.	Estimular as instituições parceiras a atuar na difusão da A3P e do conhecimento sobre temas específicos.	Estimular as instituições parceiras a atuar na difusão da A3P e do conhecimento sobre temas específicos.
4) Criação de uma agenda permanente de cursos de capacitação, presencial e à distância, sobre os seis eixos temáticos da A3P.	Acompanhar a realização da capacitação sobre A3P nas 27 unidades da federação.	Realizar formação de agentes multiplicadores em A3P / Ampliar as parcerias com outras instituições que promovam capacitação.	Dar continuidade aos processos de capacitação presencial e à distância, sobre os seis eixos temáticos da A3P.
5) Chegar ao padrão “lixo zero” no MMA, com a destinação de todos os resíduos produzidos para reciclagem, evitando o aterro sanitário.	Acompanhar funcionamento do sistema de coleta seletiva no MMA.	Acompanhar funcionamento do sistema de coleta seletiva no MMA.	Acompanhar funcionamento do sistema de coleta seletiva no MMA.

6) Implantação do sistema de monitoramento online da A3P (Ressoa) e do Banco de Boas Práticas.	Acompanhar a utilização do de monitoramento online da A3P (Ressoa) e do Banco de Boas Práticas.	Acompanhar a utilização do de monitoramento online da A3P (Ressoa) e do Banco de Boas Práticas / Publicar relatórios de impactos do Programa A3P.	Acompanhar a utilização do de monitoramento online da A3P (Ressoa) e do Banco de Boas Práticas / Publicar relatórios de impactos do Programa A3P.
7) Promoção do Prêmio A3P.	Promover o Prêmio A3P 2018.	Promover o Prêmio A3P 2019.	Promover o Prêmio A3P 2020.
8) Elaboração de uma proposta de metodologia para certificação pública da A3P.	Acompanhar a utilização da metodologia para certificação pública da A3P pelas instituições parcerias.	Acompanhar a utilização da metodologia para certificação pública da A3P pelas instituições parcerias / Propor mecanismos de apoio financeiro a projetos de sustentabilidade certificados.	Acompanhar a utilização da metodologia para certificação pública da A3P pelas instituições parcerias.

SUGESTÕES PARA PRIORIZAÇÃO NOS EIXOS TEMÁTICOS DO PPCS 2º CICLO

EIXO TEMÁTICO: GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

OBJETIVO: Apoiar a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

AÇÕES	Medidas de Curto Prazo (até março de 2019)	Medidas de Médio Prazo (até dezembro de 2019)	Medidas de Longo Prazo (até dezembro de 2020)
1) Planejamento e Gestão para implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, em todas as esferas de governo, por meio dos planos nacional, estaduais, municipais e intermunicipais de resíduos sólidos.	Acompanhar a revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos e a elaboração de planos estaduais e municipais / Inserir essa linha no ACT com a ANAMMA.	Acompanhar o status da implementação dos planos municipais.	Acompanhar o status da implementação dos planos municipais.
2) Coleta Seletiva dos resíduos, separados previamente na fonte geradora, como ação fundamental para a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos – RSU e instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos.	Acompanhar a implementação do Acordo Setorial de Embalagens / Incorporar no PPCS o Movimento Nacional pela Reciclagem – redução da geração de lixo urbano (Parceria entre MMA, CEMPRE e ONU Meio Ambiente).	Alinhar os critérios dos dados referentes aos resíduos sólidos (Sisnama) / Monitorar o fechamento dos lixões e implementação da coleta seletiva - disposição adequada dos resíduos e a implementação de sistemas de compostagem.	Monitorar o fechamento dos lixões e implementação da coleta seletiva - disposição adequada dos resíduos e a implementação de sistemas de compostagem.
3) Engajamento para a implementação da política nacional de resíduos sólidos em todas as áreas da sociedade.	Produção e disseminação de materiais para informação à sociedade sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS / Mapear iniciativas de informação com relação à Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.	Fortalecer as ações do Sebrae em relação à gestão de resíduos com as prefeituras.	Fortalecer as ações do Sebrae em relação à gestão de resíduos com as prefeituras.

4) Promover a efetiva implementação da Logística Reversa.	Acompanhar a implementação dos acordos setoriais: embalagens em geral, embalagens de óleos lubrificantes e lâmpadas; das Resoluções do Conama (pilhas e baterias, pneus e óleos lubrificantes); e da Lei de agrotóxicos / Acompanhar a negociação do acordo setorial de eletroeletrônicos e medicamentos / Identificar os mecanismos que podem ampliar o setor reciclador.	Identificar as barreiras para implementação da logística reversa e criar um plano para vencer essas barreiras / Incentivar a indústria da reciclagem (pensar numa estratégia de política nacional da indústria de reciclagem no país considerando algo como zoneamento).	Acompanhar as legislações existentes e PLs / Incentivar a indústria da reciclagem.
---	--	--	--

SUGESTÕES PARA PRIORIZAÇÃO NOS EIXOS TEMÁTICOS DO PPCS 2º CICLO

EIXO TEMÁTICO: RELATOS DE SUSTENTABILIDADE

OBJETIVO: Incentivar as empresas a adotarem práticas sustentáveis e a integrarem informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.

AÇÕES	Medidas de Curto Prazo (até março de 2019)	Medidas de Médio Prazo (até dezembro de 2019)	Medidas de Longo Prazo (até dezembro de 2020)
1) Criação de condições para que empresas públicas que integram os Orçamentos de Investimentos da União, Estados e Municípios divulguem anualmente Relatos Corporativos de Sustentabilidade na modalidade Relate ou Explique, adotando roteiro compatível com o porte, materialidade e relevância dos impactos sociais e ambientais.		Monitorar o cumprimento da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais), no quesito de divulgação de Relatos Corporativos de Sustentabilidade.	Monitorar o cumprimento da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais), no quesito de divulgação de Relatos Corporativos de Sustentabilidade.
2) Criação de incentivos para divulgação integrada de informações não financeiras e financeiras, na modalidade Relate ou Explique, como critério para participação em compras públicas sustentáveis, política de incentivos fiscais e acesso facilitado ao crédito, licenciamento e concessões.		Propor a inclusão do critério de divulgação integrada de informações não financeiras e financeiras para participação em compras públicas sustentáveis, política de incentivos fiscais e acesso facilitado ao crédito, licenciamento e concessões.	
3) Identificação de parâmetros de sustentabilidade setoriais e globais que permitam gerar compromissos voluntários com as associações empresariais e outras organizações da sociedade interessadas, cujo instrumento de verificação de desempenho em relação a esses compromissos sejam os Relatos Corporativos de Sustentabilidade.	Mapear a existência de parâmetros de sustentabilidade setoriais e globais que permitam gerar compromissos voluntários com as associações empresariais e outras organizações da sociedade interessadas.	Monitorar a implementação e os resultados do Projeto piloto internacional e foco no setor de alimentos (grãos).	Monitorar a produção e publicação de Relatos Corporativos de Sustentabilidade como instrumento de verificação de desempenho em relação a compromissos voluntários nos acordos setoriais e globais.

<p>4) Utilização da capacidade de indução das agências reguladoras, considerando a aplicabilidade e a relevância quanto aos impactos sociais e ambientais dos setores regulados, para exigir e/ou recomendar a prática do Relato Corporativo de Sustentabilidade das empresas reguladas.</p>		<p>Realizar diálogo com agências reguladoras sobre a pertinência de exigência ou recomendação da prática do Relato Corporativo de Sustentabilidade pelas empresas reguladas.</p>	<p>Monitorar junto às agências reguladoras a adoção de critério de produção e publicação de Relatos Corporativos de Sustentabilidade pelas empresas reguladas.</p>
<p>5) Criação de plataforma digital, de acesso público, para disponibilizar banco de dados com as informações das organizações e dados oficiais do Governo, acolher relatos de boas práticas, documentos/materiais de divulgação, acolher acervo de informações necessárias ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), indicadores e metas, relacionados com os compromissos da base produtiva do País, com a melhoria do desempenho socioambiental e da governança das empresas, e acolher a divulgação de relatos, viabilizando o monitoramento estatístico pela sociedade e as partes interessadas.</p>	<p>Estabelecer parceria com a ONU Meio Ambiente e ISAR para criação de plataforma digital, de acesso público, que permita manter banco de dados sobre boas práticas na área de sustentabilidade.</p>	<p>Acompanhar o processo de criação de plataforma digital relacionada a boas práticas na área de sustentabilidade.</p>	<p>Acessar e divulgar dados disponíveis na plataforma digital a respeito das boas práticas na área de sustentabilidade.</p>
<p>6) Consideração, de forma efetiva, da aplicação do sistema internacional XBRL (Extensible Business Reporting Language) - dicionário estruturado que explica o conjunto de conceitos utilizados por um país, um grupo de países ou um domínio particular (bancos, seguradoras, bolsa de valores).</p>		<p>Identificar experiências de aplicação do sistema internacional XBRL (Extensible Business Reporting Language) no Brasil.</p>	

<p>7) Adoção de medidas de estímulo ao relato das pequenas e microempresas (P&ME) na cadeia de valor das empresas públicas e privadas, por meio da modalidade Relate ou Explique, em processos compatíveis com o porte, materialidade e relevância quanto aos impactos sociais e ambientais, das P&ME.</p>	<p>Propor parceria ao Sebrae para estímulo ao Relatos Corporativos de Sustentabilidade por parte das pequenas e microempresas (P&ME).</p>	<p>Produzir e divulgar materiais com orientações sobre a elaboração de Relatos Corporativos de Sustentabilidade por pequenas e microempresas (P&ME).</p>	<p>Monitorar a adoção da prática de Relatos Corporativos de Sustentabilidade por pequenas e microempresas (P&ME).</p>
<p>8) Proposição às instâncias pertinentes do Governo federal de um modelo de relato anual compatível com a natureza, materialidade, relevância e capacidade gerencial das suas organizações, bem como sua publicação no website do órgão.</p>	<p>Elaborar materiais com orientações sobre a elaboração de Relatos Corporativos de Sustentabilidade por órgãos públicos federais.</p>	<p>Monitorar a adoção da prática de Relatos Corporativos de Sustentabilidade por órgãos públicos federais.</p>	<p>Monitorar a adoção da prática de Relatos Corporativos de Sustentabilidade por órgãos públicos federais.</p>
<p>9) Estabelecimento de mecanismo de governança como instrumento de coordenação e de diálogo permanente com as partes interessadas, com o objetivo de viabilizar uma Estratégia Nacional para a Promoção de Relatos Corporativos de Sustentabilidade e para uma gestão integrada de recursos financeiros e não financeiros.</p>	<p>Acompanhar a criação da Comissão de Relatos de Sustentabilidade.</p>	<p>Acompanhar o funcionamento da Comissão de Relatos de Sustentabilidade.</p>	<p>Acompanhar o funcionamento da Comissão de Relatos de Sustentabilidade.</p>